

Mudança na Lei Pelé poderá evitar êxodo de jovens craques

Quatro comissões do Senado devem votar nesta quarta-feira proposta que visa fortalecer a formação de atletas



Ano Volpe

As alterações pretendidas na Lei Pelé enfocam dois pontos principais: fortalecer a formação dos novos jogadores, dando instrumentos legais de proteção aos aprendizes, e garantir o direito de o clube formador permanecer com o jovem talento por três anos como profissional. O projeto torna nulos todos os contratos feitos com atletas menores de 18 anos que antecipem os desdobramentos de suas carreiras. Para o relator da proposta, Alvaro Dias, a iniciativa protege os clubes formadores de atletas, e acima de tudo “evita a explora-

ção que ocorre com a celebração de contratos de gaveta – que amarram a empresários o destino de talentosos adolescentes que surgem para o futebol –, impedindo a migração desses talentos para o exterior muito cedo”. A gravidade do problema pode ser medida pela constatação de que, dos 23 convocados para a seleção brasileira que vai à Copa do Mundo da África do Sul, apenas três jogam no Brasil. No ano passado, 1.017 jogadores brasileiros foram transferidos para o exterior. Desde 2005, segundo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), 4.933 atletas deixaram o país e 2.657 retornaram. 4 e 5

Simon: Ficha Limpa inicia caminhada contra impunidade na política do país

Pedro Simon diz que emenda feita pelo Senado apenas harmoniza tempos verbais e padroniza dispositivos. Ele apela ao presidente Lula para que sancione logo o projeto. 3

Acordo permite votar matérias mesmo com pauta trancada

Medidas provisórias e projetos com urgência constitucional continuam prioritários, mas acordo firmado para o projeto Ficha Limpa libera Plenário para votar pauta extra. 3

Educação deve ser tema de horário eleitoral retirado de partido

A proposta em discussão terminativa na CCJ defende que o tempo de rádio e TV perdido por partidos que descumprirem legislação seja usado em campanhas educativas. 8

Senado presta homenagens aos comerciários e defensores públicos

Sessão especial do Senado hoje, às 11h, vai enaltecer conquistas da categoria dos comerciários, que têm 30 de outubro

como sua data. Amanhã, os senadores comemoram o Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio. 2

Cristovam diz que Lula deu ao Brasil protagonismo no cenário mundial 7

Congresso se reúne amanhã para analisar crédito suplementar

Amanhã, às 20h, no Plenário da Câmara, senadores e deputados devem votar proposta que remaneja quase meio bilhão em verbas do Ministério do Turismo. 6

Data é comemorada em 30 de outubro. Em celebração antecipada, Senado recorda a luta da categoria por direitos trabalhistas desde o início do século passado

Plenário faz homenagem hoje aos comerciários

O SENADO MARCOU sessão especial hoje, às 11h, para antecipadamente comemorar o Dia dos Comerciários, celebrado em 30 de outubro. A iniciativa foi proposta pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A data foi escolhida como o Dia dos Comerciários porque, em 30 de outubro de 1932, o Diário Oficial da União publicou o Decreto Lei 4.042/32 – no governo Getúlio Vargas –, que regulamentou a jornada de trabalho da categoria, reduzindo a carga horária de 12 horas diárias para 8 horas, benefício estendido, posteriormente, aos demais trabalhadores.

No dia 29 de outubro de 1932, cerca de 5 mil trabalhadores, incluindo empregados do comércio do Rio de Janeiro,



Paulo Paim propôs a realização da homenagem

escriturários, ferroviários, bancários, professores e jornalistas, promoveram uma manifestação em frente ao Palácio do Catete, sede do governo federal, para reivindicar a redução da jornada de trabalho. A movimentação começou com os comerciários, mas ampliou-se com a participação das demais categorias, que foram recebidas por Vargas.

A mobilização resultou na edição do Decreto Lei 4.042/32.

Segundo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que saudou os comerciários em seu *blog*, as primeiras associações de empregados do comércio surgiram no início do século passado. Essas entidades transformaram-se, posteriormente, em sindicatos, e passaram a lutar contra abusos cometidos pelos empregadores.

Criada há 63 anos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) congrega, atualmente, conforme informações da entidade, 630 federações e 813 sindicatos, representando cerca de 10 milhões de trabalhadores no comércio em todo o país.

Senado celebra amanhã o Dia Nacional da Defensoria Pública

Os senadores comemoram amanhã o Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio. A iniciativa do evento partiu do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

De acordo com a Constituição, todo indivíduo, brasileiro ou estrangeiro, tem o direito fundamental de acesso à Justiça, ainda que esteja sem condições financeiras para pagar advogado particular. Nesse caso, o Estado tem o dever de garantir assistência jurídica ampla e gratuita, por meio da Defensoria Pública. Criada com esse objetivo, a Defensoria Pública tem a missão de garantir o acesso das pessoas carentes à Justiça,

por meio de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita. Esse auxílio é feito pelos defensores públicos federais a todos que comprovarem insuficiência de recursos, com renda familiar até o limite de isenção do Imposto de Renda, atualmente de R\$ 1.499,15.

Caso a renda familiar ultrapasse esse valor, a pessoa poderá obter assistência gratuita se comprovar gastos extraordinários, como despesas com medicamentos, material especial de consumo, alimentação, entre outros.

A Lei Complementar 80/94 organiza a Defensoria Pública da União, estabelecendo que



Antônio Carlos Valadares propôs a homenagem aos defensores públicos

os defensores públicos federais atuem na Justiça Federal, Militar, Eleitoral, Trabalhista, nos tribunais superiores e no Supremo Tribunal Federal, além dos juizados especiais federais. A Defensoria Pública da União representa o cidadão contra a União, suas autarquias, fundações e órgãos públicos federais.

Comunidade carente assiste ao mamulengo

Cerca de 80 moradores – entre crianças, jovens e adultos – das comunidades do complexo Vila do Perrela, na região leste de Belo Horizonte, assistiram na quinta-feira passada ao espetáculo de mamulengo *O Casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, apresentado pelo servidor do Senado Josias Wanzeller da Silva, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep).

O complexo Vila do Perrela, segundo pesquisa de 2006, está entre os últimos lugares no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Grande Belo Horizonte, onde o Senado, ao longo da semana passada, participou da Bienal do Livro com um estande.

A apresentação do teatro de bonecos de Josias Wanzeller foi realizada na sede do progra-



Participante da Bienal do Livro de Minas 2010, Senado levou para a capital mineira seu teatro de mamulengos

ma Ação & Cidadania, em Santa Tereza, onde mais de 500 pessoas têm aulas de balé, percussão, capoeira e artesanato, além de cursos de alfabetização para jovens e adultos.

“Ajuda para manter menores longe do tráfico”

“O Senado Federal está de parabéns: é maravilhoso esse trabalho de levar cultura popular para crianças que são excluídas de tudo”, elogiou Alex Graciano Souza, professor de capoeira e de percussão. Ele assistiu ao espetáculo *O Casamento de Chiquinha*

Muito Prazer com Tião Sem Sorte e vibrou, ao lado dos alunos, com as peripécias de Tião, Chiquinha, Futrica, Dona Josefina, Palhaço da Vitória e o Coronel João Redondo.

O crime organizado, o tráfico de drogas e a violência fazem parte do dia a dia do

complexo Vila do Perrela. A diarista Margareth Maria Neves assistiu, com a filha adolescente, ao teatro de bonecos e comentou que iniciativas desse tipo exercem influência decisiva para afastar os adolescentes e as crianças do mundo do tráfico.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Dia dos Comerciários

11h Os senadores realizam sessão especial para comemorar o Dia Nacional do Comerciário, celebrado em 30 de outubro. Às 14h, sessão não deliberativa.

Terça-feira

CAS Diretorias da Anvisa e ANS

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina a recondução de José Agenor Álvares da Silva para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Analisa ainda a indicação de Eduardo Marcelo de Lima Sales para diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Na pauta, proposta que proíbe consulta aos cadastros do SPC para fins de admissão de empregados, além de projeto que regulamenta a profissão de analista de sistemas.

CE

Homenagem a Cristovam

10h Cerimônia de colocação de retrato do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) na galeria de ex-presidentes da Comissão de Educação. Entre os 23 itens da pauta, a comissão analisa projeto que determina a matrícula de estudante de baixa renda em universidades públicas, além de proposta que institui a medalha Sérgio Vieira de Mello.

CMA

Controle de obras inacabadas

11h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle examina projeto para aprimorar os instrumentos de controle das obras públicas inacabadas. Também será analisada proposta que estabelece proteção a cargas do transporte ferroviário. Às 14h30, a subcomissão temporária formada para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte realiza audiência pública para tratar da situação do setor elétrico do país, o panorama do sistema de distribuição e a previsão de elevação da demanda. Participam do debate representantes da Eletrobras, do Operador Nacional do Sistema Elétrico, do Ministério de Minas e Energia e da Empresa de Pesquisa Energética.

Congresso Verbas suplementares

20h Reunião do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara, para votar projetos que liberam créditos suplementares para órgãos do Executivo.

Quarta-feira

CCT Banda larga e Telebrás

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática realiza audiência pública para debater a banda larga no país e recolher informações sobre a reativação da Telebrás. Entre os convidados, estão os presidentes da estatal, Rogério Santanna dos Santos, e da Rede Global Info de Provedores, Magdiel da Costa Santos; o diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Eduardo Levy; e o consultor legislativo do Senado Igor Vilas Boas de Freitas. Às 14h30, o presidente da Anatel, Ronaldo Sardenberg, fala sobre a exploração do serviço móvel pessoal.

Subcomissão Comunidades ciganas

9h Políticas públicas para as comunidades ciganas é o tema de audiência pública na Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, que integra a Comissão de Assuntos Sociais. Entre os participantes, o ministro-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Ferreira de Araujo; o deputado federal Edson Santos; e o diretor-executivo da Pastoral dos Nômades do Brasil, padre Wallace do Carmo Zanon.

CCJ

Fundo Nacional Pró-Leitura

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania analisa projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura. Outra proposta cassa registro de estabelecimentos que comercializem combustíveis adulterados. Audiência pública, às 11h30, irá discutir projeto que altera a lei que institui normas gerais sobre desporto (Lei Pelé).

CAE

Décimo quarto salário para professores

10h Projeto que cria o décimo quarto salário para os profissionais da educação da rede pública está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos. Outra proposta trata da isenção do Imposto de Renda para empresas que fizerem doações de materiais para uso em programas governamentais de habitação popular.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Cristovam Buarque afirma não acreditar em golpe linguístico

A redação final do projeto Ficha Limpa não servirá para “passar a mão na cabeça” de candidatos com problemas judiciais, segundo o senador Cristovam Buarque (PDT-DF). O Senado aprovou emenda de redação ao texto, colocando no futuro verbos usados no passado para se referir a casos em que políticos ficariam inelegíveis. Alguns veem na mudança uma brecha para candidatura de políticos “fichas sujas”.

Cristovam disse concordar com os senadores Demostenes Torres (DEM-GO), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e Francisco Dornelles (PP-RJ), autor da emenda que alterou a redação final, que não houve golpe linguístico. No

entanto, ele questionou o fato de ninguém ter percebido que a mudança na redação geraria incertezas.

– Como é que nós, 81 senadores, com centenas de assessores, não percebemos que essa mudança geraria dúvidas? – lamentou.

Para os críticos da emenda, a nova redação não torna inelegíveis pessoas condenadas antes de o projeto se tornar lei. Conforme explicações de Demostenes Torres, em nenhuma democracia uma lei produz efeitos retroativos. Já aquele que esteja respondendo a processo, mesmo em fase de recurso após condenação inicial, poderá ter seu direito de concorrer cassado, se a decisão for tomada por um coletivo de juizes.

Mozarildo diz que agora eleitor deve ficar atento

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) elogiou a aprovação do Ficha Limpa, mas afirmou ser ainda mais importante que a população trabalhe por eleições limpas, se informando sobre os candidatos, fiscalizando as campanhas e denunciando atos ilícitos de que tomem conhecimento.

– É muito comum ver governadores se servindo de funcionários do Estado para fazer suas campanhas. É preciso explicitar que eles [os servidores] não precisam se submeter a isso porque não são funcionários do governador, mas do Estado e, portanto, não podem ser usados nessa função de cabos eleitorais – afirmou.

Mozarildo apoiou opinião do pré-candidato à Presidência



Mozarildo afirma que é comum se ver uso eleitoral de funcionários públicos

José Serra de que o Brasil não está preparado para reeleição, porque os que estão no poder usam a máquina pública em proveito próprio, tornando desleal a concorrência com os outros candidatos. E o continuísmo não convive bem com a democracia, afirmou.

Para ele, entidades como a Maçonaria, as igrejas, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa deveriam fazer campanha sobre a importância do voto.

Decisão do TRE-RJ inspirou criação de movimento

Quando chegou ao Congresso, em setembro de 2009, o Ficha Limpa contava com 1,6 milhão de assinaturas. Às vésperas de sua aprovação no Senado, na quarta-feira, já eram mais de 2 milhões, parte delas pela internet. A mobilização deve ser creditada ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, criado originalmente para fiscalizar a implementação da Lei 9.840/99, que pune a compra de votos.

Francisco Whitaker, membro do grupo, disse que 44 organizações integram o movimento. Para ele, o Ficha Limpa se inspirou em fatos como a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, há alguns anos, de impugnar algumas candidaturas devido à vida pregressa “não recomendável” dos postulantes. Ele lembrou que esses candidatos recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral, que acabou revertendo a decisão.

– A partir daí foi se fortalecendo a ideia de que era preciso fazer alguma coisa para evitar tais candidaturas.

Cidadão usa internet para exigir aprovação

Na quarta-feira, enquanto os senadores debatiam o Ficha Limpa na CCJ e depois em Plenário, milhares de cidadãos se mobilizavam por meio da internet para dar apoio ao projeto. No Twitter, *site* de relacionamentos onde os usuários publicam mensagens curtas, os termos “ficha limpa” e “CCJ” estiveram, durante todo o dia, entre os mais comentados no Brasil.

Quando o projeto foi aprovado em Plenário, “ficha limpa” chegou a ser um dos tópicos mais comentados em todo o mundo. O próprio Twitter exhibe quais os assuntos mais comentados do dia por seus usuários, denominando-os *trending topics* (algo como “assuntos do momento”).

A mobilização dos cidadãos em prol do Ficha Limpa também aconteceu via *e-mail* e se fez presente em *blogs*, nos comentários em notícias sobre o assunto nos jornais *online* e em outros *sites* de relacionamentos, como o Orkut e o Facebook, ferramentas que foram essenciais na coleta de assinaturas para a apresentação do projeto.

Afirmado que há 40 anos luta pela necessidade de barrar os políticos corruptos nas eleições, senador apela ao presidente Lula para que sancione logo a proposta

Simon: Ficha Limpa abala ciclo de impunidade no país

O SENADOR PEDRO Simon (PMDB-RS) disse na sexta-feira que o projeto Ficha Limpa não é o ideal, por ser pouco abrangente, “mas tem a relevância ímpar de ter rompido a barreira e mexido na tese de que o Brasil é o país da impunidade na política”.

– Não acabamos com a tese, mas começamos uma caminhada que pode chegar lá: um país onde gente séria fica na política e gente corrupta fica de fora – disse o parlamentar, acrescentando que houve um acordo de lideranças na Casa para votar a proposta sem emendas, de modo a permitir que as regras possam valer já nas eleições de outubro.

Com relação à emenda de redação incluída pelo Plenário, o senador leu nota do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) esclarecendo que a emenda não altera o texto, porque foi feita, apenas, para harmonizar os tempos verbais e padronizar dispositivos.

– Nada muda e, portanto, não precisa voltar à Câmara. Todos os processos em andamento e os que já foram julgados, tudo está incluído. Foi um grande momento, começamos a definir



Pedro Simon diz que emenda feita pelo Senado não altera o texto da proposta

o fim da impunidade no país. Tudo começa na convenção dos partidos, que devem se preocupar com a vida pregressa dos candidatos. Estará na internet a ficha de todos os candidatos e o povo poderá votar com conheci-

mento de causa – destacou.

Simon disse que há 40 anos luta pela necessidade de barrar corruptos das eleições e fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que sancione logo o projeto.

Acordo libera votações mesmo com pauta trancada

Os senadores poderão votar qualquer projeto da ordem do dia em sessões extraordinárias, mesmo quando a pauta das sessões ordinárias estiver trancada. Assim, será possível deliberar agora sobre matéria que conste da pauta extra, embora os quatro projetos do pré-sal continuem tramitando em regime de urgência – e, portanto, com prioridade na pauta das sessões ordinárias, que contém 84 itens, segundo a Secretaria-Geral da Mesa do Senado.

O acordo foi selado na sessão plenária da última quarta-feira, para permitir a votação do projeto da Ficha Limpa (PLC 58/10 – Complementar).

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu a aprovação do Ficha Limpa e a exclusão de determinadas matérias do bloqueio da pauta, conforme procedimento adotado pela Câmara dos Deputados quando quer deliberar sobre projetos considerados importantes e as votações estão obstruídas por medidas provisórias (MPs). Na presidência da sessão, o 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), colocou a proposta em votação e o Plenário a aprovou.

Na ocasião, Marconi argumentou que o Regimento Interno permite que as sessões extraordinárias tenham pauta própria.

Pelo acordo, portanto, ainda que a pauta esteja trancada por MPs ou projetos que tramitam em regime de urgência – como os do pré-sal –, o Senado tem competência para deliberar sobre matérias que achar relevantes.

Os projetos do marco regulatório do pré-sal, com prioridade de votação na pauta principal, são os seguintes: 309/09, que cria a Petro-Sal; 7/10, que cria o Fundo Social; 8/10, que estabelece regras para a capitalização da Petrobras; e 16/10, que estabelece novos critérios para a distribuição dos *royalties* do petróleo e cria o regime de partilha de produção.



Consenso que permitiu votação do Ficha Limpa é mantido pelos líderes: Plenário é soberano para votar pauta extra



Santos tenta, com muitas, desestimular transferência de Neymar e Ganso

Proposta visa beneficiar aprendiz e clube formador

Este mês, ainda sem um instrumento legal que garanta aos clubes a permanência de seus talentos, o Santos teve de se movimentar para manter na equipe duas das principais revelações do futebol brasileiro no momento, os jogadores Neymar e Paulo Henrique Ganso, assediados pelo Manchester City, da Inglaterra. Para desestimular uma possível transferência ao exterior, o clube paulista incluiu muitas rescisórias multimilionárias nos contratos com os jogadores: 50 milhões de euros (cerca de R\$ 110 milhões) para Ganso, em contrato até 2015, e 35 milhões de euros (cerca de R\$ 80 milhões) para Neymar, contratado até 2014.

Esse tipo de artifício pode se tornar desnecessário com a aprovação das alterações na Lei Pelé. O projeto em discussão no Senado estabelece o direito de o clube formador celebrar o primeiro contrato, por três anos, com o atleta formado, além de limites para as multas indenizatórias nas transferências nacionais. O jogador desistente teria de pagar ao clube o equivalente a 2 mil vezes o valor do seu salário mensal. A proposta também estipula a multa a que o jogador poderá ter direito se o clube rescindir o contrato, variando de um mínimo de 100% do restante a ser pago até o término do acordo e um máximo de 400 vezes o salário mensal. Para as transferências internacionais, não haveria limite para pactuar multas.

O projeto garante ainda ao clube formador uma compensação pelo que investiu no atleta: até 5% do valor envolvido em cada transferência nacional, sendo 1% por ano de formação do jogador de 14 a 17 anos e 0,5% quando a idade for de 18 ou 19 anos. Atualmente já existem mecanismos de compensação para as transferências internacionais. Mas um caso de falta de proteção legal ao clube formador que se tornou clássico foi o do Grêmio. Um dos jogadores brasileiros de maior sucesso da década,

Ronaldinho Gaúcho, revelado pelo clube, trocou o time pelo Paris Saint-Germain, da França, em 2001. Na época, o clube gaúcho não recebeu nada pela transferência.

Ídolos

A força do futebol é a força dos ídolos e estamos tirando do torcedor o direito de cultuar esse ídolo por mais tempo. O nosso torcedor parece aquele sujeito que está apaixonado por uma mulher, mas não pode pedi-la em casamento porque ela vai deixá-lo – afirma Dagoberto dos Santos, secretário-executivo do Clube dos 13, entidade que representa 20 dos principais times brasileiros.

Em debate na Comissão de Justiça, no dia 28, Dagoberto defendeu a aprovação do projeto, lembrando que o texto reproduz consenso entre clubes e entidades representativas dos atletas.

O presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol, Alfredo Sampaio, também elogiou a proposta. Para ele, a revogação do passe com a Lei Pelé “acabou sendo um tiro no pé”.

Nós queríamos a liberdade para os atletas, mas eles se prenderam por força da ação dos empresários e por força da forma como o futebol está sendo gerido – opinou.

O ministro do Esporte, Orlando Silva, destacou as novas obrigações que o projeto traz para clubes e entidades com o intuito de dar mais transparência à administração desportiva. A proposta determina a publicação de balanços, seguindo os padrões do Conselho Federal de Contabilidade, separando as partes social e de esporte profissional. Essas contas também deverão passar por auditoria independente.

Parte das dificuldades que enfrentamos hoje, no futebol inclusive, diz respeito à não definição clara da responsabilidade que dirigentes têm com equívocos, erros praticados, quando à frente dessas entidades – afirmou o ministro.

Comissões do Senado devem votar, na próxima quarta-feira, mudanças na Lei Pelé, entre as quais mecanismos que pretendem reduzir a saída precoce para o exterior de talentos do nosso futebol

Estímulo a quem produz jovens craques

DOS 23 CONVOCADOS para a seleção brasileira que vai à Copa do Mundo da África do Sul, apenas três jogam no Brasil. E essa não é uma exceção. O torcedor já se acostumou à rápida evasão dos talentos de seus clubes, que não conseguem fazer frente ao poder econômico de times estrangeiros. No ano passado, 1.017 jogadores brasileiros foram transferidos para o exterior. Desde 2005, segundo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), 4.933 atletas deixaram o país e 2.657 retornaram.

Reduzir a saída precoce de talentos é um dos principais objetivos da revisão da Lei Pelé (Lei 9.615/98), proposta que deve ser votada nesta quarta-feira pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). A votação conjunta será em caráter terminativo, ou seja, se aprovado, o projeto (PLC 9/10) não precisará ir a Plenário, a menos que haja recurso nesse sentido.

As mudanças pretendidas na Lei Pelé enfocam dois pontos principais das relações entre atletas, clubes, empresários e entidades desportivas: fortalecer a formação dos novos jogadores, dando instrumentos legais de proteção aos aprendizes, e garantir o direito de o clube formador permanecer com o jovem talento por três anos como profissional. O projeto torna nulos todos os contratos feitos com atletas menores de 18 anos que antecipem os desdobramentos de suas carreiras.

Isso significa proteger os clubes formadores de atletas profissionais. Isso significa, acima de tudo, evitar a exploração que ocorre com a celebração de contratos de gaveta, que amaram a empresários o destino de talentosos adolescentes que surgem para o futebol, impedindo a migração desses talentos para o exterior muito cedo – resume o relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

A proposta, apresentada pelo governo em 2005, foi modificada pelos deputados. O texto aprovado pela Câmara é mantido, com pequenas alterações, pelo relator no Senado, que concordou em atender um pleito do Conselho Federal de Educação Física e excluir a possibilidade de o ex-atleta que tenha exercido a profissão por cinco anos alternados ou três anos consecutivos ser considerado monitor em sua modalidade.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou emenda para suprimir esse artigo por considerar que ele avança sobre as competências de uma profissão já regulamentada.

É um acinte a todos os professores de Educação Física do Brasil – afirmou.

Com a mudança, o texto terá de voltar para a Câmara dos Deputados e não poderá ser sancionado pelo presidente da República em época de Copa do Mundo, como se pretendia.



Escolinha do Minas Brasília, na capital do país: empresários faturam alto, mas clubes nem tanto, com o sonho dos meninos de virarem jogadores de futebol

Transferências para o exterior

Em 2009, 1.017 jogadores brasileiros foram vendidos para clubes de 88 países. Somente para Portugal, viajaram 181 atletas. Outros grandes compradores foram Alemanha (60) e Japão (41). No mapa, as cores mais escuras indicam a maior concentração de vendas



Fonte: Confederação Brasileira de Futebol (CBF)



Alvaro Dias: queremos proteger clubes que formam os atletas profissionais

Crivella critica artigo que permite a ex-atleta ser monitor de Educação Física

Recompra em evolução

Se as vendas ao exterior continuam elevadas, nos quatro últimos anos tem crescido o número de jogadores que retornam ao país



Fonte: Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

- Considera nulos os contratos firmados por atleta menor de 18 anos ou representante que tratem do gerenciamento de sua carreira. Também são nulos aqueles que criem obrigações abusivas.
- Cria deveres para a entidade formadora de atletas:
 - oferecer assistência psicológica, médica e odontológica ao jovem e acompanhar seu rendimento escolar;
 - ajustar horários dos treinos – limitados a quatro horas por dia – aos horários das atividades escolares.
- Cria direitos para a entidade formadora de atletas:
 - preferência para assinar o primeiro contrato profissional com o esportista formado, com duração de até três anos;
 - indenização caso o atleta se vincule a outra entidade sem autorização.
- Garante participação de até 5%, em todas as transferências nacionais, para as entidades que contribuíram para a formação do atleta. O percentual varia em função dos anos de formação e da idade do jogador: 1% por ano entre 14 e 17; 0,5% de 18 a 19 anos.
- Prevê a aplicação das normas da legislação trabalhista e da Seguridade Social ao atleta profissional, mas considera a atividade atípica. Por isso, estipula as seguintes regras:
 - limite para a concentração de até três dias consecutivos por semana, desde que haja partida programada;
 - esse prazo pode ser estendido, sem limite, quando o atleta fica à disposição de entidade de administração da modalidade. É o caso, por exemplo, dos jogadores de futebol na Copa e dos atletas em geral nas Olimpíadas;
 - repouso semanal remunerado de 24 horas;
 - férias de 30 dias, mais abono, na mesma época do recesso das atividades esportivas;
 - jornada semanal de 44 horas.
- Distingue o atleta profissional de esportes coletivos do atleta profissional autônomo. Este é o que atua em modalidades individuais, sem vínculo empregatício com o clube.
- Responsabiliza só o dirigente, e não mais todos os sócios, por atos ilícitos ou gestão temerária praticados em nome da entidade.
- Estabelece a publicação de balanços, divididos por atividades, e auditoria independente nas contas das entidades esportivas.
- Distingue o direito de imagem do direito de espetáculo. Este é o que cabe à entidade, para negociar a imagem do espetáculo esportivo coletivo. Reduz de 20% para 5% o repasse aos sindicatos dos ganhos com o direito de arena – por exemplo, quando é negociada a transmissão pela TV. Já o direito de imagem cabe exclusivamente ao atleta e pode ser comercializado por ele de forma diversa do contrato de trabalho.

Jogadores elogiam, mas pedem aposentadoria para ex-atletas

Túlio Maravilha, 40 anos, um dos mais experientes jogadores em atividade no futebol, apoia a proposta de reformulação da Lei Pelé como meio de restabelecer o equilíbrio entre clubes e atletas. Para ele, a lei aprovada em 1998 foi um marco histórico da conquista de direitos pelos jogadores, mas deixou os clubes em desvantagem.

Antes da Lei Pelé, o jogador era escravo do clube. Depois da lei, os clubes ficaram escravos do jogador, que por sua vez ficou na mão do empresário. Ele elogia a tentativa de fortalecer os clubes formadores e a criação de mecanismos que assegurem a permanência dos jogadores que se destacam, para “o torcedor ter mais tempo de se identificar com o atleta”.

Vereador de Goiânia e jogador do Botafogo do Distrito Federal, Túlio articula a criação de uma comissão de atletas de renome que jogam no futebol brasileiro, “para reivindicar mais direitos para o profissional”. O principal ponto da pauta é conquistar a aposentadoria dos ex-atletas, que não é tratada na revisão da Lei Pelé.

É a única profissão que recolhe imposto e no final da carreira não tem aposentadoria – aponta o artilheiro, que tem 907 gols e só pretende se retirar dos campos quando chegar aos 1.016, uma referência numérica às Olimpíadas de 2016.

Outro atleta experiente, Dimba, 36 anos, artilheiro do Campeonato Brasileiro de 2003 quando jogava pelo

Goiás, classifica como “espetacular” a preocupação do projeto com o início da carreira dos jogadores, mas lamenta que o final tenha sido omitido.

Atual campeão brasiliense pelo Ceilândia e com passagens por Botafogo, Bahia e Flamengo, Dimba salienta que o futebol profissional exige muita dedicação e renúncia da parte dos jogadores, o que muitas vezes os impede de investir numa formação paralela que possa garantir o sustento no futuro. Quando chega o momento de parar de jogar, muitos “ficam à míngua”.

A carreira do jogador de futebol é muito curta. Então, ele tem que se capitalizar ao máximo – observa, lembrando que, na verdade, os superalários são para uma minoria.

O atacante do Ceilândia apoia a ideia de se criar uma aposentadoria para os ex-jogadores dizendo que a carreira é curta, mas intensa, e que eles contribuem para a Previdência.



Túlio Maravilha articula jogadores de renome para reivindicar mais direitos



Althoff (relator), Alvaro (presidente) e o ex-jogador Sócrates na CPI do Futebol

CPI do Futebol propôs legislação moralizadora há nove anos

Alvaro Dias atribuiu ao trabalho da CPI do Futebol, que ele presidiu em 2001, um papel histórico no aperfeiçoamento da legislação para dar mais transparência ao esporte preferido do país. A CPI terminou com o indiciamento de 17 pessoas ligadas ao futebol, por crimes como sonegação de impostos, fraude cambial, evasão de divisas, apropriação indébita e falso testemunho. O resultado do trabalho evidenciou um modelo de gestão esgotado no esporte. Como

principal proposição legislativa para enfrentar a situação, a CPI formulou o projeto da Lei da Responsabilidade do Futebol Brasileiro, que serviu de base para o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) e a Lei de Moralização do Futebol (Lei 10.672/03). O primeiro equipara o torcedor ao consumidor, protegendo seus direitos. A segunda obrigou clubes e entidades dirigentes a divulgar balanços financeiros. A CPI teve como relator o então senador Geraldo Althoff.

Proposta em discussão modifica a destinação de quase meio bilhão de reais do orçamento de 2010 do Ministério do Turismo, vinculado a emendas parlamentares

Congresso deve votar amanhã crédito extra para Executivo

SESSÃO DO CONGRESSO Nacional foi marcada para amanhã, às 20h, destinada à votação de projetos que liberam crédito orçamentário suplementar em favor de órgãos do Executivo. Entre as propostas na agenda, está a que muda a destinação de R\$ 442,7 milhões, vinculados a emendas parlamentares individuais, previstos no orçamento do Ministério do Turismo para financiar eventos.

Na última sessão do Congres-

so, realizada na quinta-feira, os parlamentares fizeram acordo no sentido de que os recursos possam ser aplicados em outras atividades do setor, mas alocados em município especificado pelo parlamentar que apresentou a emenda.

Pelo texto original do projeto (PLN 1/10), as despesas com promoção de eventos de interesse turístico seriam canceladas e os recursos transferidos para projetos de infraestrutura, exe-

cutados em parceria com a Caixa Econômica Federal.

A liderança do governo no Congresso também busca acordo para votar projeto (PLN 3/10) que autoriza o governo a remanejar até 30% das dotações reservadas às obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e não só 25%, como previsto atualmente. Esse projeto foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento na quarta-feira passada.



Plenário da Câmara, onde acontecerá a sessão: governo quer ampliar margem de remanejamento para as obras do PAC

Senadores participam do 5º Salão do Turismo

Os senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vão participar, nesta quarta-feira, da cerimônia de abertura do 5º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. O evento, promovido pelo Ministério do Turismo, acontecerá até o próximo domingo, no Parque Anhembi, em São Paulo.

Por essa razão, a CDR não realizará reunião nesta sema-

na. A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Neuto De Conto (PMDB-SC), durante reunião da CDR na última quarta-feira. Para ele, a iniciativa do Ministério do Turismo é muito importante para o setor e o desenvolvimento regional no Brasil.

Segundo informações da pasta, o Salão do Turismo apresenta roteiros de viagens de lazer ou de negócios. A

intenção é promover e comercializar roteiros turísticos desenvolvidos a partir das diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

O salão também abrirá espaço para exposição de artesanato, produtos da agricultura familiar e gastronomia típica, bem como manifestações artísticas de diversas regiões do país.

Comissão realiza debate sobre obras irregulares

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, participam na quarta-feira, às 14h, de debate na Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (PL 4/10), na parte

referente ao capítulo das obras com indícios de irregularidades graves.

A audiência pública será realizada por sugestão do relator do projeto, senador Tião Viana (PT-AC), que, no último dia 17, encaminhou relatório preliminar sobre a matéria à CMO.

O parecer, que ainda será submetido à votação, sugere

regras para a apresentação de emendas parlamentares ao projeto e ao seu anexo de metas. O relatório também contém uma análise dos indicadores macroeconômicos para 2011.

A audiência será realizada no plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A CMO é presidida pelo deputado Waldemir Moka (PMDB-MS).

Mão Santa: ex-governador do Piauí mente ao anunciar obras

O senador Mão Santa (PSC-PI) disse que o ex-governador do Piauí Wellington Dias mente ao anunciar obras que nunca existiram, como a construção de cinco hidrelétricas no estado e a ligação Buenos Aires-Parnaíba.

– Não construíram hidrelétrica nenhuma, há mais de 20 obras inacabadas no Piauí – acusou.

Quando Lula assumiu a Presidência, contou, o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pediu a ele, Mão Santa, que indicasse o presidente da empresa de energia elétrica do Piauí.

– Eu não indiquei, saí do esquema do PT por conta própria, e fiz bem – afirmou.

O senador também considera “uma mentira” dizer que o presidente Lula não vai ter como pagar o aumento dos aposentados e nem bancar o fim do fator previdenciário.

– Não é o Luiz Inácio quem paga nada. Quem paga é o trabalhador.



Segundo Mão Santa, há mais de 20 obras inacabadas no estado

O senador também acusou o governo de espoliar os aposentados com o fator previdenciário e com os empréstimos consignados.

– Quarenta por cento dos salários dos velhinhos se perdem com o fator previdenciário reductor; os outros 40%, com o empréstimo consignado – disse.

Paulo Paim aponta recursos para pagar aposentados

Paulo Paim (PT-RS) disse, após a aprovação do reajuste das aposentadorias, que o bom momento vivido pela economia brasileira viabilizará recursos para que o governo possa arcar com R\$ 600 milhões a mais decorrentes da aprovação do aumento e R\$ 1 bilhão pelo fim do fator previdenciário. O projeto, aprovado pelo Senado, segue para a sanção presidencial.

O senador citou o crescimento do produto interno bruto (PIB), que deve alcançar 8% este ano; o aumento da arrecadação federal, que superou em R\$ 20 bilhões a cifra obtida no primeiro bimestre de 2009; e o aumento do emprego formal, que fez crescer a arrecadação da Previdência Social.

Flexa Ribeiro diz que Senado viveu dia memorável

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) classificou como memorável a sessão de quarta-feira em que o Senado aprovou o projeto Ficha Limpa, pelo qual “a sociedade brasileira clama”, e também o reajuste de 7,72% para os aposentados.

Flexa Ribeiro afirmou que o Senado cumpriu, naquela noite, com os compromissos assumidos junto à sociedade.

O senador anunciou ter lançado, em seu perfil no site da rede social Twitter, a campanha Twitteiro Fiscal (#tuiteirofiscal), para que os cidadãos do Pará possam enviar, pelo endereço eletrônico, denúncias ao senador, que se comprometeu, em Plenário, a apurar todos os casos relatados.

Kátia Abreu critica declaração de Dilma Rousseff sobre CPMF

Kátia Abreu (DEM-TO) criticou a pré-candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff, que, em entrevista à Rádio CBN, disse que os recursos públicos para a saúde não são suficientes, em virtude do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A senadora condenou o

tributo, extinto pelo Congresso em 2007, por penalizar a população mais pobre. Também refutou as afirmações de que há falta de recursos para a saúde.

– De 2007 a 2010, a folha de pagamento [do governo] aumentou em R\$ 40 bilhões. Foram contratações suficientes para uma CPMF – comparou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Adelmir Santana • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Adelmir Santana cobra melhorias na saúde do DF

Adelmir Santana (DEM-DF) cobrou providências do governador do Distrito Federal, Rogério Rosso, para melhorar a assistência à saúde da população. Para oferecer serviços de saúde de qualidade, o senador acredita que é necessário diminuir a burocracia administrativa, descentralizando as ações de saúde, aperfeiçoar a medicina preventiva e melhorar o atendimento às famílias.

A capital presta assistência a pacientes provenientes de diversas cidades do seu entorno, de estados limítrofes e mesmo de estados mais distantes, destacou o senador. Grande número de pessoas em busca de atendimento médico em Brasília, por exemplo, vem da Bahia.

Adelmir Santana chamou atenção para reportagem do jornal *Correio Braziliense* segundo a qual os hospitais de Brasília estão carentes de equipamentos e até de materiais mais básicos para atendimento, obrigando os médicos a cancelarem até mesmo cirurgias de urgência.

Para enfrentar essa situação, o Governo do Distrito Federal (GDF) instituiu o Programa de Descentralização Progressiva de Ações de Saúde, para facilitar a liberação de recursos às unidades regionais de saúde, informou o senador. Essa iniciativa, no entanto, tem gerado resultados contrários, já que a burocracia administrativa tem emperrado a liberação de recursos.

– E a situação política do GDF, ainda sob investigação, dificulta ainda mais a ação administrativa eficiente – disse.

O senador sugeriu que o governador discuta a questão com os governos dos municípios e estados que recorrem à assistência médica do DF para a implantação de um sistema compartilhado. Ele também defendeu ações articuladas entre o GDF, governos estaduais, prefeituras e o governo federal.



Adelmir Santana: DF dá assistência médica a pacientes de vários estados

Senador diz que, mesmo que o acordo com Turquia e Irã não traga resultados concretos, postura de Lula rompeu hegemonia das potências nos assuntos internacionais

Para Cristovam, Lula colocou Brasil no centro das decisões

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) saudou em Plenário, na sexta-feira, o protagonismo do presidente Lula, ao lado do primeiro-ministro da Turquia, Tayyip Erdogan, para o acordo com o Irã, no qual este país se compromete a usar tecnologia nuclear apenas para fins pacíficos. Na sua avaliação, mesmo que o acordo não produza resultados concretos, o papel desempenhado pelo presidente coloca o Brasil no centro das discussões dos assuntos internacionais, historicamente monopolizadas pelas grandes potências.

– Muitos aqui sabem que lamento muito que o presidente Lula não tenha escolhido ficar na história como o presidente que erradicou o analfabetismo no Brasil. Mas, com a mesma convicção, digo aqui que o presidente colocou o Brasil no cenário internacional, rompendo a barreira da hegemonia das grandes potências nos assuntos internacionais.

Cristovam observou que a iniciativa foi também positivamente destacada pelo jornal francês *Le Monde*, que levanta desconfianças sobre o cumprimento do acordo pelo Irã, mas reconhece que foi significativo o entendimento ter sido obtido por países que sempre ficam à margem das grandes decisões mundiais. Como salientou o jornal, um pequeno grupo de



Cristovam considerou "lamentável" postura das potências em relação ao acordo

países sempre ditou as decisões, sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, cabendo aos demais seguir o que foi decidido.

– As decisões que essas potências tomam já nos levaram à beira da tragédia, da catástrofe, da hecatombe nuclear. Tivemos Hiroshima e Nagasaki. As mesmas decisões ou omissões dessas grandes potências estão nos deixando hoje à beira da catástrofe ecológica, que pode fazer menos barulho do que a nuclear, mas pode ter consequências iguais e mais amplas até do que a catástrofe nuclear – observou Cristovam.

O senador considerou lamentável a reação das grandes potências diante do acordo. Segundo ele, ao invés de cobrarem do Irã realizações com base no acordo, até mesmo colocando novas condições, optam apenas

por ameaças de sanções. Para ele, o objetivo é apenas “dobrar” todas as nações à vontade dos países mais desenvolvidos.

Com relação ao papel do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, Cristovam disse que não tem correspondido às ideias expressas em *Audácia da esperança*, livro escrito por Obama e que o senador considera “magistral”.

– Parece que ele não está hoje usando a palavra esperança nem a palavra ousadia, usadas pelo presidente Lula e pelo primeiro-ministro da Turquia – afirmou Cristovam.

Finalmente, o senador sugeriu a Lula uma ousadia ainda maior: liderar um movimento mundial pela não proliferação das armas, acordo que vem sendo discutido entre as nações, mas que estaria parado há cinco anos.

Paulo Duque volta a defender uso da energia nuclear no país

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) voltou a defender, em discurso, o uso preferencial pelo Brasil da energia nuclear, que considera limpa, ecologicamente segura, barata e eficiente. Para o parlamentar, Brasil, Estados Unidos e Rússia são os únicos países que têm reserva de urânio e dominam a tecnologia para transformá-lo em energia.

Duque pediu novamente que fosse transcrita nos anais do Senado a entrevista do vice-almirante Othon Pinheiro da Silva, presidente da Eletronuclear, ao *Jornal do Brasil*, apontado como “o pai do avanço nuclear no país” pelo próprio senador.

– A ele cabe enfrentar a pressão dos ambientalistas, nem sempre bem intencionados, e pessoas que chegam a preconizar a paralisação da construção e até do funcionamento das usinas atômicas – disse Duque.

O senador criticou projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que determina a paralisação da construção e do desenvolvimento da pesquisa nuclear no Brasil.

– Nem quero saber o nome desse deputado [que assina o projeto], autor de uma verdadeira barbaridade – afirmou.

Paulo Duque citou exemplos históricos de cobiça interna-



Paulo Duque elogia entrevista do presidente da estatal Eletronuclear sobre o Brasil, como as invasões francesa e holandesa no Nordeste, para defender a necessidade de o país dominar todo o ciclo atômico, principalmente devido à existência de riquezas do pré-sal próximas à costa brasileira.



Heráclito Fortes critica gestão do ex-governador petista Wellington Dias

Heráclito pede à PF que investigue corrupção no Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou na sexta-feira que há várias irregularidades em seu estado que deveriam ser investigadas pela Polícia Federal. Ao criticar a gestão do ex-governador Wellington Dias (PT), o senador disse que “nunca a corrupção correu tão solta no estado”.

– Peço humildemente à Polícia Federal que olhe os processos que tramitam no Piauí, que têm deixado a sociedade impaciente.

Heráclito citou, entre os casos que poderiam ser investigados, o relacionado à Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (Emgerpi). Segundo o senador, “criou-se uma supersecretaria para que se praticasse a corrupção por meio de obras sem concorrência”.

– E o jovem que fez as denúncias padece inclusive sob ameaça física.

Heráclito mencionou outros casos, como o que envolveria a Águas e Esgotos do Piauí S.A. (Agespisa). Conforme disse, essa estatal “tinha um patrimônio fantástico, mas foi à bancarrota porque se transformou em trampolim para obras eleitoreiras”.

– O Piauí tem uma tradição de governos honestos, mas tivemos agora sete anos e meio de um profundo desrespeito às leis.

Ficha Limpa

Referindo-se ao projeto Ficha Limpa, Heráclito afirmou que “devíamos ter cantado como vitória da democracia o gesto unânime do Senado, que o aprovou em tempo recorde”. Ele lamentou que “alguns deputados, com intuito de promoção pessoal, tenham tentado diminuir o que aqui foi votado”.

– Se há alguma imperfeição na redação final do projeto, a interpretação da Justiça, que virá no tempo oportuno, irá dirimir qualquer dúvida.

PEC contra trabalho escravo quer reunir 500 mil assinaturas

Chegar a 500 mil assinaturas em favor da votação, ainda neste semestre, da proposta de emenda constitucional – em discussão na Câmara dos Deputados – que pune o trabalho escravo. Essa é a meta anunciada pelo senador José Nery (PSOL-PA), presidente da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. Nery informou que

um abaixo-assinado com esse objetivo deverá ser entregue na quarta-feira, às 12h, à Presidência da Câmara, pedindo agilidade na votação.

O senador afirmou que já foram colhidas cerca de 250 mil assinaturas, mas a expectativa inicial era de pelo menos um milhão.

– O número colhido até agora está bem abaixo da expectativa

inicial. Isso é próprio da dinâmica dos movimentos sociais, que, em geral, não têm a dimensão da gravidade do significado do trabalho escravo – explicou o senador, que também é presidente da Subcomissão para Erradicação do Trabalho Escravo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A PEC 428/01, já aprovada no

Senado, acrescenta o trabalho escravo entre as alternativas previstas na Constituição para a expropriação de terras destinadas à reforma agrária – a outra é o uso da terra para cultivar plantas usadas na produção de entorpecentes –, que serão destinadas a assentamento, sem qualquer tipo de indenização ao proprietário, que ainda responderá pelo crime.



José Nery cobra pressão da Câmara para votar PEC, já aprovada no Senado

Hoje, quando um partido é punido pela Justiça por descumprir a legislação eleitoral, o tempo de rádio e TV perdido fica ocioso. Senadora quer inserir mensagens educativas



Rosalba Ciarlini, autora do projeto, e o relator, Jarbas Vasconcelos: melhor uso do espaço destinado à propaganda eleitoral



Novo uso para o horário eleitoral retirado de partido

O TEMPO DE propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV perdido por um partido político por descumprir a lei eleitoral será usado para divulgar mensagens educativas sobre as eleições. Isso é o que estabelece projeto na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne nesta quarta-feira.

A legislação em vigor pune os partidos e as coligações que utilizam indevidamente o horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão com a perda do tempo de que dispõem. Como consequência, caso não seja utilizado para direito de resposta, o espaço destinado originalmente à propaganda eleitoral fica hoje

sem imagem e som, apenas com a informação indicativa do partido a que pertencia aquele tempo e mensagem relativa à punição.

Segundo a autora do projeto, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), esse espaço não utilizado pode ser aproveitado em benefício do eleitor, com propagandas educativas diversas sobre procedimentos eleitorais, "como o uso da urna eletrônica, os documentos que o eleitor precisa apresentar na votação e condutas permitidas e proibidas no período eleitoral".

O projeto (PLS 564/09), que acrescenta dispositivo ao artigo 58 da lei que estabelece normas para as eleições (Lei 9.504/97),

prevê ainda que, durante a transmissão da propaganda educativa, seja veiculada mensagem com o nome da legenda que sofreu a punição e as razões dessa medida.

O relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), defende a aprovação do projeto, que tramita em decisão terminativa. Na avaliação dele, o aproveitamento de um espaço ocioso no rádio e na televisão, com essa finalidade, é positivo "pelo seu grande alcance social e pelos resultados altamente benéficos que podem decorrer de semelhante medida, que incluem ainda melhor aproveitamento do dinheiro público com esses espaços".

CAS vota indicações para direção de agências

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião prevista para amanhã com o objetivo de sabatinar dois indicados para agências reguladoras: José Agenor Álvares da Silva, para um segundo mandato como diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e Eduardo Marcelo de Lima Sales, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Como José Agenor Álvares da Silva já é um dos diretores da Anvisa, a indicação da Presidência da República tenciona

mantê-lo no cargo por mais um mandato (três anos). Ele foi ministro da Saúde entre 2006 e 2007 e assumiu uma das diretorias da Anvisa logo após deixar o ministério.

De acordo com a mensagem enviada pela Presidência da República, ele supervisiona as seguintes áreas da agência: Núcleo de Assessoria de Regulação de Mercado; Toxicologia; Controle de Produtos Derivados de Tabaco; e Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados. O relator da indicação na CAS é

o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Na mensagem sobre Eduardo Marcelo de Lima Sales, a Presidência informa que ele vinha atuando desde janeiro como assessor do diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Além disso, Eduardo foi diretor de fiscalização da ANS entre 2006 e 2009 e procurador federal entre 2001 e 2004. O relator da matéria na CAS é o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

As indicações terão de ser votadas ainda no Plenário.

Comissão decide sobre doação de terras da União a Mato Grosso

A doação de áreas de domínio federal a Mato Grosso, por meio de projeto de lei, será decidida pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na reunião de amanhã, a partir das 9h30. De acordo com o projeto, as áreas estão localizadas nas Glebas Maiká, que se encontram em litígio tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), e em Cristalino/Divisa, que integra Ação Discriminatória suspensa por decisão do STF.

O projeto (PLC 14/10) é de autoria da Presidência da República e foi aprovado pela Câmara dos Deputados. No Senado, a proposição já foi acatada pela

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Na CRA, o projeto recebeu parecer favorável do relator, Jayme Campos (DEM-MT). Falta ainda passar pelo exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Integração

Outra proposta (PLC 78/08) a ser votada pela CRA estende incentivos especiais ao produtor rural que adotar técnicas de integração entre lavoura e pecuária. O projeto também já foi aprovado pela Câmara.

Na CRA, foi relatado por



Parecer de Jayme Campos, relator da proposta na CRA, é favorável

Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que elaborou substitutivo, com a rejeição do PLS 260/07, que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, cujo autor é o ex-senador Expedito Júnior (PR-RO), e que tramitava em conjunto.

CCT debate banda larga no Brasil e reativação da Telebrás

A banda larga no Brasil será tema de debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na quarta-feira. A audiência pública, que também vai discutir a reativação da Telebrás para comercializar esse serviço, foi proposta pelos senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Renato Casagrande (PSB-ES) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Participarão como convidados o presidente da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), Rogério Santanna dos Santos; o presidente da Associação Global Info de Provedores, Magdiel da Costa Santos; o diretor-executivo

do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), Eduardo Levy; e o consultor legislativo do Senado Federal Igor Vilas Boas de Freitas.

Também na quarta-feira, a partir das 14h30, será realizada mais uma audiência pública. O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Sardenberg, deve prestar esclarecimentos sobre os resultados da Consulta Pública 52 e a licitação pública que será realizada pela Anatel para a exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o uso de radiofrequências na chamada "banda H" (10MHz+10MHz).



Audiência na quarta-feira vai discutir comercialização da banda larga

Estados e municípios podem ter recursos do seguro obrigatório

Os estados e municípios podem receber recursos do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores terrestres (DPVAT), conforme projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que se reúne amanhã. Hoje, as seguradoras repassam à União 50% dos valores recolhidos com o seguro. A proposta (PLS 16/08), do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), destina à União apenas 15% desses recursos e divide os 35% restantes com estados (15%) e municípios (20%).

Conforme o texto do relator, João Vicente Claudino (PTB-PI), os recursos devem ser usados exclusivamente no custeio da assistência médico-hospitalar de vítimas de acidentes de

trânsito.

Marconi Perillo argumenta que os gastos hospitalares com atendimento e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre estados e municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgência e emergência.

No ano de 2008, a arrecadação do seguro DPVAT, que abrange todas as categorias de veículos – de passeio, de transporte coletivo, motos, táxis, caminhões, camionetas, máquinas de terraplanagem e equipamentos móveis em geral (quando licenciados) – foi de R\$ 4,646 bilhões, valor correspondente a 39,8 milhões de veículos segurados.

Polícia do Senado ouve irmãs sobre contratações ilegais

As irmãs Kelly e Kelriany Nascimento da Silva, que denunciaram ao Ministério Público e à imprensa terem sido contratadas pelo Senado sem conhecimento do fato, prestaram depoimento, na última quinta-feira, à polícia do Senado. A contratação teria sido feita pela funcionária da Casa Mônica Bicalho, assessora de Efraim Moraes (DEM-PB).

O diretor da polícia do Senado, Pedro Ricardo Carvalho, disse que o órgão irá solicitar documentos para confrontar com os depoimentos prestados e que ainda não há data mar-

cada para ouvir Mônica.

Kelriany havia relatado à imprensa ter descoberto que era funcionária do Senado ao tentar abrir uma conta bancária. Ela receberia R\$ 3,8 mil por mês – tais recursos seriam movimentados, sem seu conhecimento, pela assessora de Efraim. Segundo as irmãs, Mônica Bicalho lhes teria oferecido ajuda para custear seus estudos e anotado seus dados.

Na terça-feira, quando a denúncia veio a público, Efraim pediu a exoneração de ambas à Diretoria-Geral do Senado.